TesouroNacional

Junho/2014
Vol. 20, N. 06

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Julho/2014

TesouroNacional

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIOS
Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Artur Henrique da Silva Santos
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailison Weilly Silveira
Leandro de Lima Galvão

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 06 (junho 2014). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central....5

Receitas do Tesouro Nacional....7

Transferências do Tesouro Nacional....11

Despesas do Tesouro Nacional....13

Previdência Social....19

Dívida Líquida do Tesouro Nacional....22

Dívida Interna Líquida....23

Dívida Externa Líquida....26

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central....5

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB....6

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central....7

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB....9

Tabela 5 - Dividendos pagos à União....10

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios....11

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB....12

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central....13

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....14

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....16

Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano....17

Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano....17

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB....18

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social....19

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB....21

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social....21

Tabela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional....22

Tabela 18 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional....23
Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional....25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional....26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional....26

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central....6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central....6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar....16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência....20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional....22

Resultado Fiscal do Governo Central

Em junho de 2014, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R$ 1,9 bilhão, contra déficit de R$ 10,5 bilhões em maio. O Tesouro Nacional apresentou superávit de R$ 2,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R$ 4,5 bilhões e superávit de R$ 183,7 milhões, respectivamente.

R$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central [1] - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jan-Jun 2013	Jan-Jun 2014	Variação %
I. RECEITA TOTAL	90.130,9	93.280,3	3,5%	561.111,3	601.716,9	7,2%
Receitas do Tesouro	63.422,3	65.976,6	4,0%	419.830,5	444.870,2	6,0%
Receitas da Previdência Social	26.603,8	26.878,2	1,0%	139.710,9	155.158,9	11,1%
Receitas do Banco Central	104,8	425,4	306,1%	1.569,8	1.687,8	7,5%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.756,7	14.819,4	-31,9%	98.085,9	110.515,2	12,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	68.374,2	78.460,9	14,8%	463.025,4	491.201,7	6,1%
IV. DESPESA TOTAL	78.850,0	80.407,2	2,0%	428.469,6	473.963,7	10,6%
Despesas do Tesouro	48.125,0	48.778,8	1,4%	259.845,9	294.138,0	13,2%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	30.483,8	31.386,7	3,0%	166.740,8	178.323,5	6,9%
Despesas do Banco Central	241,2	241,7	0,2%	1.883,0	1.502,2	-20,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2]	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-10.475,8	-1.946,3	-81,4%	34.555,8	17.237,9	-50,1%
Tesouro Nacional	-6.459,5	2.378,5	-	61.898,8	40.217,0	-35,0%
Previdência Social (RGPS)	-3.879,9	-4.508,4	16,2%	-27.029,9	-23.164,6	-14,3%
Banco Central [3]	-136,4	183,7	-	-313,1	185,6	-
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				1,48%	0,69%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.
3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O resultado primário do Governo Central, em junho de 2014, foi deficitário em R$ 1,9 bilhão, contra déficit de R$ 10,5 bilhões no mês anterior.

As receitas do Governo Central aumentaram R$ 3,1 bilhões (3,5%), devido, principalmente, aos acréscimos de R$ 2,8 bilhões (9,1%) na arrecadação de impostos, em razão, especialmente, do recolhimento semestral, no mês de junho 2014, do IRRF-Rendimentos de Capital; de R$ 541,2 milhões (2,1%) nas receitas de contribuições e de R$ 1,1 bilhão (14,6%) nas demais receitas.

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R$ 6,9 bilhões (31,9%), decorrente, principalmente, da diminuição de R$ 3,8 bilhões (24,5%) nas transferências constitucionais, explicado pelo impacto em maio das transferências dos tributos compartilhados (IR e IPI), cuja arrecadação é sazonalmente concentrada no terceiro decêndio de abril.

As despesas do Governo Central apresentaram acréscimo de R$ 1,6 bilhão (2,0%) no comparativo entre maio e junho de 2014. Observou-se aumento de R$ 902,9 milhões (3,0%) nas despesas da Previdência Social, de R$ 653,7 milhões

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões

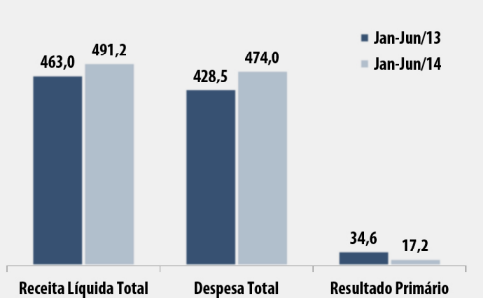
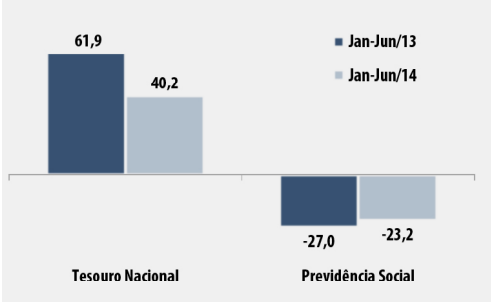


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



(1,4%) nas despesas do Tesouro Nacional e de R$ 0,5 milhão (0,2%) nos gastos do Banco Central.

Comparativamente ao acumulado no mesmo período de 2013, houve decréscimo de R$ 17,3 bilhões (50,1%) no superávit até o mês de junho. Esse comportamento reflete o decréscimo de R$ 21,7 bilhões (35,0%) no superávit do Tesouro Nacional, compensado pela redução de R$ 3,9 bilhões (14,3%) no déficit da Previdência Social e pela apuração de um superávit de R$ 185,6 milhões no Banco Central, enquanto em 2013 houve um déficit de R$ 313,1 milhões.

Em 2014, o superávit do Governo Central, acumulado até junho, foi de R$ 17,2 bilhões, o equivalente a 0,69% do PIB.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R$ 40,6 bilhões (7,2%) relativamente ao acumulado até junho de 2013. Desse montante, destaque-se o crescimento das receitas de impostos (R$ 13,1 bilhões), contribuições (R$ 6,4 bilhões), demais receitas do Tesouro (R$ 3,5 bilhões) e receitas previdenciárias (R$ 15,4 bilhões).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 12,4 bilhões (12,7%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R$ 7,2 bilhões (9,6%) observado nas transferências constitucionais, de R$ 1,8 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, havendo sido pago R$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013), sem contrapartida em igual período de 2013, além do crescimento de R$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela, em abril de 2014, do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013.

Ainda com relação ao primeiro semestre do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R$ 45,5 bilhões (10,6%), destacando-se os incrementos de R$ 6,1 bilhões (6,4%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R$ 21,8 bilhões (17,9%) nas outras despesas de custeio e capital. As variações mais significativas nas outras despesas de custeio e capital foram o aumento de R$ 6,1 bilhões (26,9%) nas despesas com PAC e de R$ 12,0 bilhões (14,1%) das despesas discricionárias. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária do pagamento de auxílio à CDE em 2014 no montante de R$ 4,1 bilhões, sem contrapartida no primeiro semestre do ano anterior, além das despesas de compensação do RGPS, que alcançaram R$ 8,2 bilhões até junho de 2014, contra R$ 3,5 bilhões em igual período de 2013, cujos pagamentos se iniciaram em abril daquele ano.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jun	
	2013	2014
GOVERNO CENTRAL	1,48%	0,69%
Tesouro Nacional	2,65%	1,60%
Previdência Social	-1,16%	-0,92%
Banco Central	-0,01%	0,01%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jan - Jun		Variação %
				2013	2014	
I. RECEITA TOTAL	90.130,9	93.280,3	3,5%	561.111,3	601.716,9	7,2%
I.1. Receitas do Tesouro	63.422,3	65.976,6	4,0%	419.830,5	444.870,2	6,0%
Receita Bruta [2]	64.244,9	68.627,8	6,8%	428.003,1	450.995,7	5,4%
Impostos	30.512,0	33.282,3	9,1%	202.024,1	215.126,9	6,5%
IR	21.053,3	23.977,6	13,9%	147.958,5	158.137,7	6,9%
IPI	4.118,4	4.031,0	-2,1%	22.382,8	24.494,5	9,4%
Outros	5.340,3	5.273,7	-1,2%	31.682,8	32.494,7	2,6%
Contribuições	26.378,8	26.920,0	2,1%	164.676,7	171.071,7	3,9%
Cofins	15.989,3	16.307,9	2,0%	92.684,6	95.642,4	3,2%
CSLL	3.883,2	4.018,6	3,5%	33.681,7	34.605,0	2,7%
Pis/Pasep	4.236,1	4.323,2	2,1%	24.705,0	25.715,5	4,1%
Cide-Combustíveis	0,8	0,7	-17,4%	5,4	4,5	-17,7%
Outras	2.269,4	2.269,6	0,0%	13.599,9	15.104,4	11,1%
Demais	7.354,1	8.425,6	14,6%	61.302,3	64.797,0	5,7%
Cota parte de compensações financeiras	1.899,3	1.881,8	-0,9%	17.879,4	19.954,5	11,6%
Diretamente arrecadadas	2.725,7	3.104,7	13,9%	24.078,8	23.166,8	-3,8%
Concessões	238,8	14,4	-94,0%	2.793,4	1.244,3	-55,5%
Dividendos	779,9	1.479,4	89,7%	7.695,1	10.490,6	36,3%
Outras	1.710,5	1.945,3	13,7%	8.855,6	9.940,8	12,3%
(-) Restituições	-822,6	-2.651,2	222,3%	-8.121,0	-6.119,2	-24,6%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-51,6	-6,3	-87,8%
I.2. Receitas da Previdência Social [3]	26.603,8	26.878,2	1,0%	139.710,9	155.158,9	11,1%
Receitas da Previdência Social - Urbano	26.000,6	26.280,0	1,1%	136.784,7	151.874,8	11,0%
Receitas da Previdência Social - Rural	603,2	598,3	-0,8%	2.926,2	3.284,0	12,2%
I.3. Receitas do Banco Central	104,8	425,4	306,1%	1.569,8	1.687,8	7,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

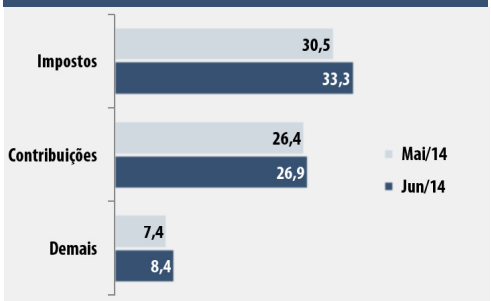
A Receita do Governo Central apresentou acréscimo de 3,5% relativamente ao mês anterior, devido, principalmente, ao aumento na arrecadação de impostos, em especial, do recolhimento semestral do IRRF - Rendimentos de Capital.

Receitas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R$ 4,4 bilhões (6,8%), passando de R$ 64,2 bilhões, em maio, para R$ 68,6 bilhões em junho de 2014. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo aumento de R$ 2,8 bilhões (9,1%) em impostos, de R$ 541,2 milhões (2,1%) em contribuições e de R$ 1,1 bilhão (14,6%) em demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R$ 33,3 bilhões e as de contribuições R$ 26,9 bilhões, apresentando em seu conjunto um acréscimo de R$ 3,3 bilhões (5,8%) em relação aos valores apurados em maio. Essa evolução decorre, especialmente, do aumento de R$ 3,2 bilhões na arrecadação de IRRF, em razão do recolhimento semestral, no mês de junho 2014, do IRRF-Rendimentos de Capital, em conformidade com a Lei nº 10.892/04.

Gráfico 3. Receita Bruta do Tesouro Nacional
Brasil - 2014 - R$ Bilhões



As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R$ 1,1 bilhão, explicado por: i) acréscimo de R$ 699,6 milhões (89,7%) nas receitas de Dividendos; e ii) aumento de R$ 379,0 milhões (13,9%) nas receitas diretamente arrecadadas.

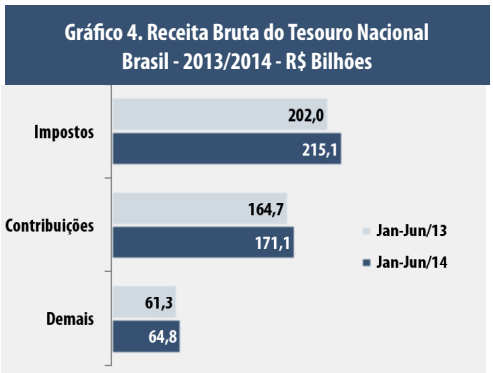
Receitas do Tesouro Nacional
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o acumulado até junho de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 23,0 bilhões (5,4%), passando de R$ 428,0 bilhões para R$ 451,0 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, bem como das desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, IPI-Automóveis e IOF-Crédito Pessoa Física. Destaque-se que em maio de 2013 ocorreu arrecadação extraordinária de R$ 4,0 bilhões, referente a Cofins (R$ 1,0 bilhão) e ao IRPJ/CSLL (R$ 3,0 bilhões).

Até junho de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 25,0 bilhões (6,0%) em relação ao ano anterior.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 8,7 bilhões (12,8%) na arrecadação de IRRF, sobretudo em função de: a) crescimento de R$ 4,2 bilhões nas receitas com IRRF – Rendimentos do Trabalho –, decorrente da variação nominal de 10,3% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro/13 a abril/14, em relação a igual período do ano anterior; b) acréscimo de R$ 2,8 bilhões no IRRF – Rendimentos de Capital – devido,



principalmente, aos aumentos de 42,4% do imposto de renda incidente sobre aplicação financeira de renda fixa, e de 28,9% na arrecadação do item IRRF - Outros, decorrente da reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada do IRRF – Rendimentos do Trabalho para o IRRF – Rendimentos do Capital; e c) R$ 1,4 bilhão no IRRF – Remessas ao Exterior, explicado sobretudo pelo comportamento dos itens royalties e assistência técnica (28,5%) e juros sobre capital próprio (18,2%);

ii) incremento de R$ 3,0 bilhões (3,2%) na Cofins e de R$ 1,0 bilhão (4,1%) no Pis/Pasep, devido, sobretudo, ao efeito conjugado do crescimento de 1,7% do volume de vendas de dezembro de 2013 a maio de 2014 em relação a dezembro de 2012 a maio de 2013 (PMC-IBGE), às compensações tributárias efetuadas no primeiro trimestre de 2013 e à alteração da base de cálculo do PIS/Cofins-Importação, em conformidade com a Lei nº 12.865/2012;

iii) crescimento de R$ 2,1 bilhões (9,4%) no IPI, principalmente em função do crescimento do IPI vinculado à importação, do IPI – Fumo e da recomposição da alíquota incidente sobre a aquisição de automóveis, móveis e linha branca; e

iv) aumento de R$ 1,2 bilhão (7,3%) no imposto de importação, explicado, sobretudo, pela elevação de 0,73% no valor em dólar das importações e de 13,0% na taxa média de câmbio e pela redução de 4,4% na alíquota média efetiva do imposto de importação.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R$ 3,5 bilhões (5,7%), em relação ao acumulado de 2013, decorrente, principalmente:

% PIB

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jun	
	2013	2014
RECEITA BRUTA [1]	18,32%	17,93%
Impostos	8,65%	8,55%
IR	6,33%	6,29%
IPI	0,96%	0,97%
Outros	1,36%	1,29%
Contribuições	7,05%	6,80%
Cofins	3,97%	3,80%
CSLL	1,44%	1,38%
Pis/Pasep	1,06%	1,02%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,58%	0,60%
Demais	2,62%	2,58%
Cota parte de compensações financeiras	0,77%	0,79%
Diretamente arrecadadas	1,03%	0,92%
Concessões	0,12%	0,05%
Dividendos	0,33%	0,42%
Outras	0,38%	0,40%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

i) da arrecadação de R$ 10,5 bilhões proveniente de dividendos, enquanto no mesmo período de 2013 essa receita havia sido de R$ 7,7 bilhões;

ii) do aumento de R$ 2,1 bilhões (11,6%) nas receitas referentes à cota parte de compensações financeiras, passando de R$ 17,9 bilhões até junho de 2013 para R$ 20,0 bilhões no mesmo período de 2014, devido ao aumento da produção de petróleo e da taxa média de câmbio; e

iii) da redução de R$ 1,5 bilhão (55,5%) em Concessões, devido, sobretudo, ao recolhimento, em maio e junho de 2013, de receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações.

R$ Milhões

Tabela 5 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jun	
	2013	2014
Banco do Brasil	1.317,5	1.234,2
BNB	62,1	42,1
BNDES	4.076,4	4.829,7
Caixa	1.200,0	1.762,0
Correios	101,1	0,0
Eletrobras	18,4	230,5
IRB	1,1	50,0
Petrobras	502,4	2.012,7
Demais	416,1	329,4
Total	**7.695,1**	**10.490,6**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jan - Jun 2013	Jan - Jun 2014	Variação %
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	21.756,7	14.819,4	-31,9%	98.085,9	110.515,2	12,7%
Transferências Constitucionais	15.471,5	11.685,6	-24,5%	74.987,5	82.182,8	9,6%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	162,5	162,5	0,0%	975,0	2.762,5	183,3%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	6.122,7	2.971,3	-51,5%	22.066,0	25.453,8	15,4%
Salário Educação	857,6	829,2	-3,3%	5.059,3	5.608,6	10,9%
Royalties	2.914,2	1.439,3	-50,6%	11.680,5	11.427,2	-2,2%
Fundef/Fundeb	2.333,3	685,8	-70,6%	5.174,1	6.744,5	30,4%
Outras	17,7	17,0	-3,7%	152,1	1.673,5	-

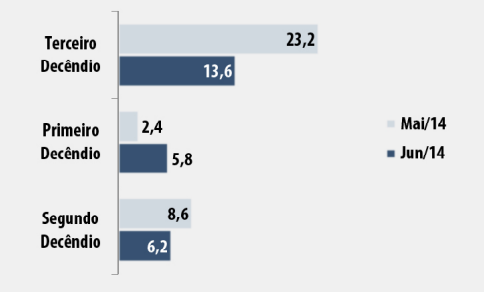
Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R$ 6,9 bilhões (31,9%) em junho de 2014, frente ao mês anterior, em função, sobretudo, da diminuição nas transferências constitucionais.

Transferências do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em junho de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R$ 6,9 bilhões (31,9%), totalizando R$ 14,8 bilhões, contra R$ 21,8 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2014 - R$ Bilhões



i) da diminuição de R$ 3,8 bilhões (24,5%) nas transferências constitucionais, explicado pelo impacto em maio das transferências dos tributos compartilhados (IR e IPI), cuja arrecadação é sazonalmente concentrada no terceiro decêndio de abril;

ii) do decréscimo de R$ 1,5 bilhão (50,6%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse sazonal, efetuado em maio, de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, arrecadados em abril; e

iii) do decréscimo de R$ 1,6 bilhão nas transferências relacionadas ao Fundeb, de acordo com calendário de execução estabelecido pelas Portarias Interministeriais MEC/MF nº 16/2013 e nº 19/2013.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação a 2013, as transferências apresentaram crescimento de R$ 12,4 bilhões (12,7%), influenciadas pelo aumento de R$ 7,2 bilhões (9,6%) nas transferências constitucionais e pelo aumento de R$ 3,4 bilhões de em Demais Transferências.

No acumulado até junho, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 12,4 bilhões (12,7%), elevando-se de R$ 98,1 bilhões em 2013 para R$ 110,5 bilhões em 2014. As principais variações no período foram:

i) aumento de R$ 7,2 bilhões (9,6%) nas transferências constitucionais, reflexo do aumento da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente em função da reclassificação, em dezembro de 2013, do Refis, com impacto nas transferências de janeiro de 2014;

ii) crescimento de R$ 1,8 bilhão (183,3%) nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 (totalizando R$ 2,8 bilhões em 2014), explicado pelo pagamento de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), no montante de R$ 1,9 bilhão no mês de janeiro, sem evento correspondente em igual período de 2013;

iii) acréscimo de R$ 1,6 bilhão (30,4%) nas transferências relacionadas ao Fundeb; e

iv) elevação de R$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013, paga em abril de 2014, sem contrapartida até o mesmo período do ano anterior, pois a primeira parcela foi paga em setembro de 2013.

% PIB

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jun	
	2013	2014
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,20%	4,39%
Transferências Constitucionais	3,21%	3,27%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	0,04%	0,11%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,00%	0,00%
Demais Transferências	0,94%	1,01%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jan - Jun 2013	Jan - Jun 2014	Variação %
I. DESPESA TOTAL	78.850,0	80.407,2	2,0%	428.469,6	473.963,7	10,6%
I.1. Despesas do Tesouro	48.125,0	48.778,8	1,4%	259.845,9	294.138,0	13,2%
Pessoal e Encargos Sociais [2]	16.728,7	17.083,8	2,1%	96.317,7	102.455,1	6,4%
Custeio e Capital	31.373,9	31.318,1	-0,2%	162.310,4	190.302,5	17,2%
Despesa do FAT	2.057,4	3.664,9	78,1%	17.333,8	18.998,5	9,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas [3]	886,4	685,8	-22,6%	6.219,7	4.965,9	-20,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) [4]	3.129,3	3.478,3	11,2%	16.832,6	18.451,3	9,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	529,0	800,0	0,5	0,0	4.101,8	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.771,8	22.689,2	-8,4%	121.924,3	143.785,0	17,9%
Outras Despesas de Custeio	17.211,3	17.241,5	0,2%	88.757,5	103.422,5	16,5%
Outras Despesas de Capital [5]	7.560,6	5.447,7	-27,9%	33.166,8	40.362,4	21,7%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	22,4	376,8	-	1.217,8	1.380,4	13,4%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) [6]	30.483,8	31.386,7	3,0%	166.740,8	178.323,5	6,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	23.703,9	23.877,2	0,7%	128.940,0	138.114,1	7,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	6.779,8	7.509,5	10,8%	37.800,8	40.209,4	6,4%
I.3. Despesas do Banco Central	241,2	241,7	0,2%	1.883,0	1.502,2	-20,2%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei n° 12.693/2012.
6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 48,8 bilhões, representando um aumento de R$ 653,7 milhões (1,4%) em relação a maio de 2014. Esse comportamento decorreu do acréscimo de R$ 355,1 milhões (2,1%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, da elevação de R$ 354,4 milhões nas transferências do Tesouro ao Banco Central e da redução de R$ 55,8 milhões (0,2%) nas despesas de Custeio e Capital.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) redução de R$ 2,1 bilhões (8,4%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, concentradas principalmente na redução de R$ 3,4 bilhões (55,1%) nas despesas com PAC. Adicionalmente, em junho, houve aumento de R$ 1,2 bilhão (7,5%) das despesas discricionárias, dentre as quais se destacam os acréscimos

Em junho de 2014, as Despesas do Governo Central totalizaram R$ 80,4 bilhões, contra R$ 78,9 bilhões no mês anterior.

Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2014 - R$ Bilhões

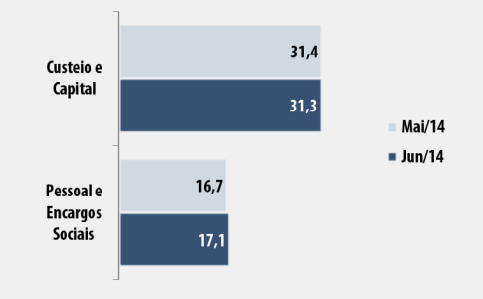
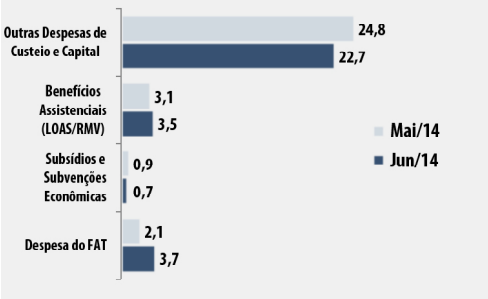


Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2014 - R$ Bilhões



observados nos desembolsos dos demais Ministérios (acréscimo de R$ 1,1 bilhão), do Ministério da Educação (redução de R$ 498,0 milhões) e do Ministério da Saúde (aumento R$ 460,5 milhões); e

ii) acréscimo de R$ 1,6 bilhão (78,1%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário atual referente ao exercício 2013/2014 (agosto/2013 a junho/2014), regulamentado pela Resolução Codefat nº 714/2013.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R$ 17,1 bilhões no mês frente a R$ 16,7 bilhões em maio de 2014, apresentando aumento de 2,1%.

R$ Milhões

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014

Discriminação	Mai/14	Jun/14	Variação %
Precatórios e Sentenças	125,6	98,3	-21,7%
Legislativo	140,8	117,0	-16,9%
Judiciário	771,5	695,4	-9,9%
Crédito Extraordinário [1]	349,3	176,4	-49,5%
PAC [2]	6.162,2	2.763,9	-55,1%
Outras [3]	240,8	282,3	17,2%
Compensação RGPS [4]	1.321,7	1.717,6	29,9%
Discricionárias	15.659,9	16.838,3	7,5%
Min. da Saúde	6.785,0	7.245,5	6,8%
Min. do Des. Social	1.449,2	1.604,1	10,7%
Min. da Educação	3.541,5	3.043,5	-14,1%
Min. da Defesa	1.352,4	1.384,9	2,4%
Min. da Ciência e Tec.	623,8	481,5	-22,8%
Min. do Des. Agrário	127,7	132,0	3,4%
Min. da Justiça	336,6	323,7	-3,8%
Min. da Previdência	191,2	259,4	35,7%
Min. dos Transportes	61,6	80,1	29,9%
Min. das Cidades	108,1	147,2	36,2%
Demais	1.083,0	2.136,3	97,3%
Total	**24.771,8**	**22.689,2**	**-8,4%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R$ 34,3 bilhões (13,2%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2013, destacando-se as variações de R$ 28,0 bilhões (17,2%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R$ 6,1 bilhões (6,4%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 8. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões

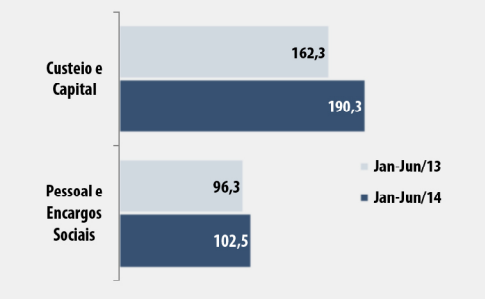
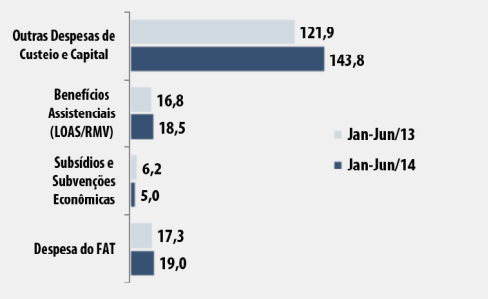


Gráfico 9. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



Em comparação ao acumulado de 2013, os gastos com o PAC apresentaram incremento de 26,9%, alcançando um total de R$ 28,8 bilhões em 2014.

O aumento de R$ 28,0 bilhões observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2013, pode ser explicado por:

i) crescimento de R$ 21,9 bilhões (17,9%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R$ 12,0 bilhões (14,1%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R$ 6,1 bilhões (26,9%) nas despesas do PAC; e c) aumento de R$ 4,7 bilhões (134,2%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Cumpre destacar que a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social é realizada nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de março de 2013, sendo que o primeiro dispêndio ocorreu em abril de 2013. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R$ 6,3 bilhões (17,3%); do Ministério da Educação, com incremento de R$ 2,9 bilhões (19,9%); e do Ministério da Defesa, com aumento de R$ 1,2 bilhão (23,2%);

ii) despesas em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no valor de R$ 4,1 bilhões, sem contrapartida no exercício de 2013; e

ii) aumento de R$ 1,7 bilhão (10,0%) nas despesas do FAT, justificado principalmente pelo reajuste de 8,8% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resoluções Codefat n° 707/2013 e 714/2013).

Os dispêndios com a folha salarial tiveram redução de 0,05 p.p., passando de 4,12% do PIB, no valor acumulado até junho de 2013, para 4,07% do PIB, no mesmo período de 2014. Em termos nominais, houve crescimento de R$ 6,1 bilhões (6,4%), passando de R$ 96,3 bilhões primeiro semestre de 2013, para R$ 102,5 bilhões em

2014. Cumpre destacar que houve diminuição de R$ 3,1 bilhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

R$ Milhões

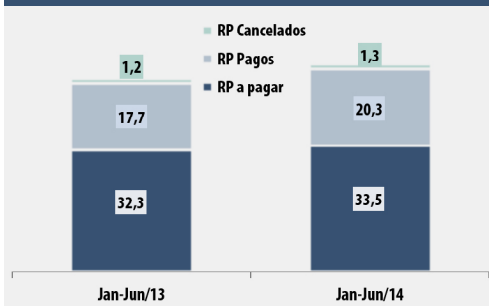
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jun		Variação %
	2013	2014	
Precatórios e Sentenças	386,9	638,9	65,1%
Legislativo	702,5	804,9	14,6%
Judiciário	3.462,6	3.905,8	12,8%
Crédito Extraordinário [1]	3.574,0	2.609,4	-27,0%
PAC [2]	22.724,0	28.836,4	26,9%
Outras [3]	2.144,2	1.317,0	-38,6%
Compensação RGPS [4]	3.508,5	8.216,5	134,2%
Discricionárias	85.421,6	97.456,1	14,1%
Min. da Saúde	36.429,7	42.748,6	17,3%
Min. do Des. Social	13.652,3	12.813,1	-6,1%
Min. da Educação	14.452,7	17.322,3	19,9%
Min. da Defesa	5.216,2	6.425,8	23,2%
Min. da Ciência e Tec.	2.420,4	2.745,0	13,4%
Min. do Des. Agrário	920,3	981,1	6,6%
Min. da Justiça	1.527,0	1.826,2	19,6%
Min. da Previdência	1.020,2	1.162,1	13,9%
Min. dos Transportes	596,9	537,9	-9,9%
Min. das Cidades	752,8	608,7	-19,1%
Demais	8.433,1	10.285,4	22,0%
Total	**121.924,3**	**143.785,0**	**17,9%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até junho de 2014, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R$ 20,3 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R$ 5,2 bilhões), Educação (R$ 4,4 bilhões) e da Defesa (R$ 2,7 bilhões).

Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



R$ Milhões

Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2013/2014		
Discriminação	Jan - Jun	
	2013	2014
Agricultura	3.158,5	1.835,8
Custeio Agropecuário	91,3	531,4
Investimento Rural	360,4	87,3
Preços Agrícolas	332,5	422,5
EGF	84,9	7,6
AGF	78,3	254,9
Sustent. de preços	169,3	160,0
Pronaf	1.734,9	476,5
Pesa	533,6	272,9
Álcool	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	54,8	-3,4
FUNCAFÉ	46,4	48,6
Revitaliza	4,6	0,0
Outros	780,3	645,6
PSI	55,1	53,9
Op. Microcredito (EQMPO)	72,1	118,1
Op. Microcredito (EQPCD)	0,1	0,8
FND	0,0	0,0
FSA	250,0	0,0
Exportação (Proex)	167,6	230,6
Itaipu[1]	235,4	242,2
Capitalização à EMGEA	0,0	0,0
Total	**3.938,8**	**2.481,4**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R$ Milhões

Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2008/2014						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
Jun/08	2.746.034,0	8,9%	1.326.797,3	9,6%	1.419.236,7	8,2%
Jun/09	3.000.611,5	9,3%	1.458.306,8	9,9%	1.542.304,7	8,7%
Jun/10	3.231.174,3	7,7%	1.562.546,7	7,1%	1.668.627,7	8,2%
Jun/11	3.456.054,3	7,0%	1.641.742,7	5,1%	1.814.311,7	8,7%
Jun/12	3.637.836,3	5,3%	1.701.967,0	3,7%	1.935.869,3	6,7%
Jun/13	3.818.880,5	5,0%	1.767.882,8	3,9%	2.050.997,7	5,9%
Jun/14	4.012.205,0	5,1%	1.839.285,2	4,0%	2.172.919,8	5,9%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014		
Discriminação	Jan - Jun	
	2013	2014
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,12%	11,69%
Pessoal e Encargos Social	4,12%	4,07%
Custeio e Capital	6,95%	7,56%
Despesas do FAT	0,74%	0,76%
Subsídios e Subvenções [1]	0,27%	0,20%
LOAS/RMV	0,72%	0,73%
Outras	5,22%	5,71%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência
Social

R$ Milhões

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jan - Jun 2013	Jan - Jun 2014	Variação %
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	26.603,8	26.878,2	1,0%	139.710,9	155.158,9	11,1%
Arrecadação Bruta	29.472,8	29.771,9	1,0%	156.990,5	174.634,3	11,2%
Contribuição Previdenciária	25.180,3	25.076,5	-0,4%	137.651,3	149.094,2	8,3%
Simples	2.772,6	2.803,3	1,1%	14.443,8	16.263,5	12,6%
CFT	0,0	0,0	-	99,1	0,0	-100,0%
Depósitos Judiciais	191,3	167,2	-12,6%	1.238,3	1.006,5	-18,7%
Refis	6,9	7,2	5,0%	49,7	53,7	8,1%
Compensação RGPS [1]	1.321,7	1.717,6	29,9%	3.508,5	8.216,5	134,2%
(-) Restituição/Devolução	-64,7	-28,0	-56,8%	-427,3	-528,3	23,6%
(-) Transferências a Terceiros	-2.804,3	-2.865,6	2,2%	-16.852,3	-18.947,1	12,4%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	30.483,8	31.386,7	3,0%	166.740,8	178.323,5	6,9%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.879,9	-4.508,4	16,2%	-27.029,9	-23.164,6	-14,3%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,16%	-0,92%	

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1 Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Previdência Social
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em junho de 2014, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 4,5 bilhões, contra um déficit de R$ 3,9 bilhões em maio. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) aumento de R$ 902,9 milhões (3,0%) no total de despesas com benefícios previdenciários; e

ii) aumento de R$ 274,4 milhões (1,0%) da arrecadação líquida de junho, em virtude do aumento de R$ 395,9 milhões (29,9%) do montante de compensações ao RGPS e da redução de 103,8 (0,4%) milhões na arrecadação das contribuições previdenciárias.

Em junho de 2014, a Previdência Social registrou déficit de R$ 4,5 bilhões contra déficit de R$ 3,9 bilhões no mês anterior.

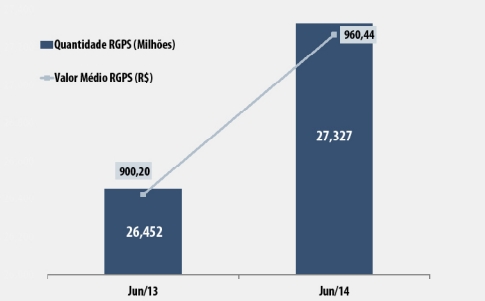
Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até junho de 2013, o déficit previdenciário passou de 1,16% do PIB em 2013 para 0,92% do PIB em 2014. Em termos nominais, o déficit teve uma redução de R$ 3,9 bilhões (14,3%) até junho e acumula R$ 23,2 bilhões no ano, contra R$ 27,0 bilhões em 2013.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de abril de 2013.

Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2013/2014



A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 15,4 bilhões (11,1%). Isso se deve ao crescimento de 10,3% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a abril de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R$ 11,4 bilhões (8,3%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi o acréscimo de R$ 4,7 bilhões (134,2%) do montante de compensações do RGPS.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R$ 11,6 bilhões (6,9%) comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 60,23 (6,7%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

ii) elevação de 5,4 milhões no número de benefícios pagos em 2014 (3,4%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 3,7 milhões de benefícios referentes a aposentadorias, 1,0 milhão referente a pensões por morte e 528,4 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;

iii) pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R$ 3,1 bilhões até junho de 2014 contra o pagamento de R$ 5,3 bilhões no mesmo período de 2013.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2013/2014					
Discriminação	R$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan - Jun			Jan - Jun	
	2013	2014		2013	2014
CONTRIBUIÇÃO	139.710,9	155.158,9	11,1%	5,98%	6,17%
Urbano	136.784,7	151.874,8	11,0%	5,85%	6,04%
Rural	2.926,2	3.284,0	12,2%	0,13%	0,13%
BENEFÍCIOS	166.740,8	178.323,5	6,9%	7,14%	7,09%
Urbano	128.940,0	138.114,1	7,1%	5,52%	5,49%
Rural	37.800,8	40.209,4	6,4%	1,62%	1,60%
RESULTADO PRIMÁRIO	-27.029,9	-23.164,6	-14,3%	-1,16%	-0,92%
Urbano	7.844,7	13.760,7	75,41%	0,34%	0,55%
Rural	-34.874,6	-36.925,4	5,9%	-1,49%	-1,47%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jan - Jun		Variação %
				2013	2014	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.252	27.327	0,3%	157.434	162.825	3,4%
Previdenciários	26.400	26.475	0,3%	152.402	157.720	3,5%
Aposentadorias	17.568	17.619	0,3%	101.294	104.972	3,6%
Idade	9.291	9.322	0,3%	53.340	55.496	4,0%
Invalidez	3.144	3.148	0,1%	18.468	18.816	1,9%
Tempo de contribuição	5.134	5.149	0,3%	29.486	30.660	4,0%
Pensão por morte	7.215	7.230	0,2%	42.128	43.177	2,5%
Auxílio-Doença	1.434	1.442	0,6%	7.982	8.508	6,6%
Salário - maternidade	90	89	-1,0%	509	510	0,1%
Outros	93	95	1,7%	489	554	13,3%
Acidentários	852	852	0,1%	5.032	5.104	1,4%
Aposentadorias	192	193	0,3%	1.101	1.146	4,1%
Pensão por morte	120	120	-0,1%	731	720	-1,5%
Auxílio - doença	172	172	-0,1%	1.031	1.033	0,2%
Auxílio - acidente	308	308	0,2%	1.782	1.839	3,2%
Auxílio - suplementar	61	60	-0,5%	387	366	-5,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R$ 969,4 bilhões em junho de 2014. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R$ 3,2 bilhões, consequência do acréscimo de R$ 4,7 bilhões na dívida interna líquida e da redução de R$ 1,5 bilhão no estoque da dívida externa líquida.

Em junho de 2014, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 19,3% do PIB, 1,3 p.p. inferior ao montante registrado em junho de 2013.

R$ Milhões

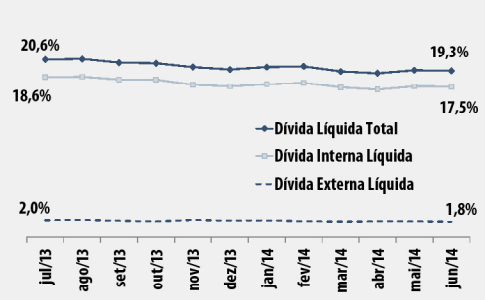
Tabela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jun/13	Jun/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	873.381,1	878.067,6	0,5%	858.833,3	878.067,6	2,2%
Dívida Interna	2.995.659,0	3.068.537,5	2,4%	2.785.357,4	3.068.537,5	10,2%
Haveres Internos	2.122.277,9	2.190.469,9	3,2%	1.926.524,0	2.190.469,9	13,7%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	92.811,6	91.334,5	-1,6%	90.121,1	91.334,5	1,3%
Dívida Externa	93.223,5	91.718,4	-1,6%	90.916,4	91.718,4	0,9%
Haveres Externos	411,9	383,9	-6,8%	795,3	383,9	-51,7%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	966.192,7	969.402,1	0,3%	948.954,4	969.402,1	2,2%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	19,4%	19,3%		20,6%	19,3%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a junho de 2013, a DLTN aumentou R$ 20,4 bilhões, em decorrência do aumento de R$ 19,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida e do acréscimo de R$ 1,2 bilhão no estoque da dívida externa líquida.

Gráfico 12. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2013/2014 - % PIB



Em percentual do PIB, a DLTN reduziu cerca de 1,3 p.p. no mesmo período, passando de 20,6% em junho de 2013 para 19,3% em junho de 2014.

No mês de junho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 878,1 bilhões, apresentando um acréscimo de R$ 4,7 bilhões em relação ao mês anterior, consequência dos aumentos de R$ 72,9 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R$ 68,2 bilhões no saldo dos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 17,5% em junho de 2014.

Dívida Interna
Líquida

R$ Milhões

Tabela 18 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013						
Discriminação	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jun/13	Jun/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.995.659,0	3.068.537,5	2,4%	2.785.357,4	3.068.537,5	10,2%
Dívida Mobiliária	2.992.145,5	3.081.907,2	3,0%	2.781.320,0	3.081.907,2	10,8%
DPMFi em Poder do Público [1]	2.029.699,6	2.111.247,1	4,0%	1.894.663,2	2.111.247,1	11,4%
DPMFi em Poder do Banco Central	991.964,4	1.000.465,0	0,9%	919.657,3	1.000.465,0	8,8%
(-) Aplicações em Títulos Públicos [2]	-29.518,5	-29.804,9	1,0%	-33.000,5	-29.804,9	-9,7%
Demais Obrigações Internas	3.513,5	-13.369,7	-480,5%	4.037,4	-13.369,7	-431,1%
II. HAVERES INTERNOS	2.122.277,9	2.190.469,9	3,2%	1.926.524,0	2.190.469,9	13,7%
Disponibilidades Internas	617.278,5	654.830,1	6,1%	533.436,6	654.830,1	22,8%
Haveres junto aos Governos Regionais	539.064,0	535.630,6	-0,6%	511.253,3	535.630,6	4,8%
Haveres da Administração Indireta	362.772,2	366.147,8	0,9%	314.975,4	366.147,8	16,2%
Haveres Administrados pela STN	603.163,2	633.861,5	5,1%	566.858,7	633.861,5	11,8%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	873.381,1	878.067,6	0,5%	858.833,3	878.067,6	2,2%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB [3]	17,5%	17,5%		18,7%	17,5%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.
2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.
3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou decréscimo de 1,2 p.p. comparativamente a junho do ano anterior.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R$ 19,2 bilhões, passando de R$ 858,8 bilhões, em junho de 2013, para R$ 878,1 bilhões em junho de 2014. Esse comportamento é consequência do crescimento de R$ 283,2 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que compensou o aumento de R$ 263,9 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve redução, passando de 18,7% para 17,5%.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R$ 89,8 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida de R$ 65,1 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R$ 25,0 bilhões.

A carteira de títulos em poder do público aumentou R$ 81,5 bilhões. Houve emissão líquida de R$ 65,1 bilhões e apropriação de juros no valor de R$ 16,5 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, houve apropriação de juros no valor de R$ 8,5 bilhões, sendo o aumento no estoque de R$ 8,5 bilhões.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R$ 68,2 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o acréscimo de R$ 37,6 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de junho do exercício de 2013, houve aumento de R$ 263,9 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo,

R$ Milhões

Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jun/13	Jun/14	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.029.699,6	2.111.247,1	4,0%	1.894.663,2	2.111.247,1	11,4%
LFT	401.357,1	411.169,4	2,4%	414.754,4	411.169,4	-0,9%
LTN	612.543,7	655.614,8	7,0%	578.507,7	655.614,8	13,3%
NTN-B	692.055,1	709.154,1	2,5%	596.681,7	709.154,1	18,8%
NTN-C	71.138,0	71.143,7	0,0%	66.869,0	71.143,7	6,4%
NTN-F	216.064,8	227.884,8	5,5%	202.005,5	227.884,8	12,8%
Demais [1]	36.540,9	36.280,2	-0,7%	35.844,8	36.280,2	1,2%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-29.518,5	-29.804,9	1,0%	-33.000,5	-29.804,9	-9,7%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	991.964,4	1.000.465,0	0,9%	919.657,3	1.000.465,0	8,8%
TOTAL	2.992.145,5	3.081.907,2	3,0%	2.781.320,0	3.081.907,2	10,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.

do acréscimo de R$ 121,4 bilhões nas disponibilidades internas, que teve como destaque o saldo da conta única. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a junho de 2013, foram os acréscimos de R$ 67,0 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional e de R$ 51,2 bilhões nos haveres da administração indireta.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R$ 24,5 bilhões e pelo resgate líquido de R$ 65,1 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional [1] - Brasil - 2014					
Discriminação	Saldo	Fatores de Variação [2]			Saldo
	Mai/14	Emissões	Resgates [3]	Juros [4]	Jun/14
EM PODER DO PÚBLICO	2.029.699,6	66.690,8	-1.634,8	16.491,6	2.111.247,1
LFT	401.357,1	6.491,5	-39,2	3.360,1	411.169,4
LTN	612.543,7	38.203,5	-17,0	4.884,6	655.614,8
NTN-B	692.055,1	11.745,4	-1.020,4	6.374,0	709.154,1
NTN-C	71.138,0	0,0	-0,8	6,4	71.143,7
NTN-F	216.064,8	9.877,9	-6,3	1.948,4	227.884,8
Demais [5]	36.540,9	372,4	-551,1	-82,0	36.280,2
EM PODER DO BANCO CENTRAL	991.964,4	0,0	0,0	8.500,6	1.000.465,0
TOTAL	3.021.664,0	66.690,8	-1.634,8	24.992,1	3.111.712,1

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

R$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jun/13	Jun/14	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	617.278,5	654.830,1	6,1%	533.436,6	654.830,1	22,8%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	539.064,0	535.630,6	-0,6%	511.253,3	535.630,6	4,8%
Lei 9.496/97	424.855,3	422.505,4	-0,6%	398.204,0	422.505,4	6,1%
MP 2.185/01	74.020,2	73.815,0	-0,3%	67.018,9	73.815,0	10,1%
Lei 8.727/93	13.944,9	13.280,9	-4,8%	18.524,0	13.280,9	-28,3%
Antecipação de Royalties	5.337,5	5.291,9	-0,9%	6.357,9	5.291,9	-16,8%
Bônus Renegociados	4.787,0	4.712,5	-1,6%	5.339,6	4.712,5	-11,7%
Demais Haveres	16.119,0	16.025,1	-0,6%	15.809,0	16.025,1	1,4%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	362.772,2	366.147,8	0,9%	314.975,4	366.147,8	16,2%
FAT	198.557,6	198.978,4	0,2%	177.670,4	198.978,4	12,0%
Fundos Regionais	87.455,6	88.149,1	0,8%	79.020,3	88.149,1	11,6%
Demais	76.759,1	79.020,3	2,9%	58.284,6	79.020,3	35,6%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	603.163,2	633.861,5	5,1%	566.858,7	633.861,5	11,8%
TOTAL	2.122.277,9	2.190.469,9	3,2%	1.926.524,0	2.190.469,9	13,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa Líquida

Em junho de 2014, a Dívida Externa Líquida totalizou R$ 91,3 bilhões, que equivale a 1,8% do PIB.

R$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Mai/14	Jun/14	Variação %	Jun/13	Jun /14	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	93.223,5	91.718,4	-1,6%	90.916,4	91.718,4	0,9%
Dívida Mobiliária	83.482,2	82.737,4	-0,9%	82.853,9	82.737,4	-0,1%
Euro	5.654,5	5.504,0	-2,7%	2.383,8	5.504,0	130,9%
Global US$	64.079,4	63.367,2	-1,1%	66.565,9	63.367,2	-4,8%
Global BRL	13.748,4	13.866,3	0,9%	13.869,2	13.866,3	0,0%
Demais	-	-	-	34,9	-	-
Dívida Contratual	9.741,3	8.981,0	-7,8%	8.062,6	8.981,0	11,4%
Organismos Internacionais	2.909,7	2.907,7	-0,1%	2.624,8	2.907,7	10,8%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.831,6	6.073,3	-11,1%	5.437,8	6.073,3	11,7%
II. HAVERES EXTERNOS	411,9	383,9	-6,8%	795,3	383,9	-51,7%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	411,9	383,9	-6,8%	795,3	383,9	-51,7%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	92.811,6	91.334,5	-1,6%	90.121,1	91.334,5	1,3%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	1,9%	1,8%		2,0%	1,8%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em junho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 91,3 bilhões, contra R$ 92,8 bilhões em maio. Houve redução de R$ 1,5 bilhão em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial negativa de R$ 1,2 bilhão, do resgate líquido de R$ 809,8 milhões e da apropriação de juros no valor de R$ 560,1 milhões.

R$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014

Discriminação	Saldo Mai/14	Fatores de Variação [2]				Saldo Jun/14
		Emissões	Resgates [1]	Juros [2]	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA [3]	83.482,2	0,0	-131,9	503,6	-1.116,5	82.737,4
Global US$	64.079,4	0,0	-29,3	361,8	-1.044,6	63.367,2
Euro	5.654,5	0,0	-102,6	24,0	-71,8	5.504,0
Global BRL	13.748,4	0,0	0,0	117,9	0,0	13.866,3
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	9.741,3	40,4	-718,3	56,5	-138,9	8.981,0
Org. Internacionais	2.909,7	40,4	-15,5	20,5	-47,3	2.907,7
Bancos Privados/Agencias Governamentais	6.831,6	0,0	-702,8	36,0	-91,6	6.073,3
TOTAL	93.223,5	40,4	-850,2	560,1	-1.255,4	91.718,4

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, o aumento da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R$ 1,2 bilhão, passando de R$ 90,1 bilhões, em junho de 2013, para R$ 91,3 bilhões, em junho de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 90,2% (R$ 82,7 bilhões) e a dívida contratual representa 9,8% (R$ 9,0 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional diminuiu 0,2 p.p. no mesmo período, passando de 2,0% em junho de 2013 para 1,8% em junho de 2013.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Junho	Maio	Junho	Jun/14 Mai/14	Jun/14 Jun/13
1. RECEITA TOTAL	**90.497,2**	**90.130,9**	**93.280,3**	**3,5%**	**3,1%**
Receitas do Tesouro Nacional	***66.153,3***	***63.422,3***	***65.976,6***	***4,0%***	***-0,3%***
Receita Bruta	69.596,9	64.244,9	68.627,8	6,8%	-1,4%
Impostos	30.630,3	30.512,0	33.282,3	9,1%	8,7%
Contribuições	25.288,8	26.378,8	26.920,0	2,1%	6,5%
Demais [2/]	13.677,8	7.354,1	8.425,6	14,6%	-38,4%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-3.443,5	-822,6	-2.651,2	222,3%	-23,0%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	***24.081,0***	***26.603,8***	***26.878,2***	**1,0%**	**11,6%**
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	23.559,5	26.000,6	26.280,0	1,1%	11,5%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	521,5	603,2	598,3	-0,8%	14,7%
Receitas do Banco Central	***262,9***	***104,8***	***425,4***	***306,1%***	***61,8%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**15.027,7**	**21.756,7**	**14.819,4**	**-31,9%**	**-1,4%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***12.207,8***	***15.471,5***	***11.685,6***	***-24,5%***	***-4,3%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***162,5***	***162,5***	***162,5***	***0,0%***	***0,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***2.657,4***	***6.122,7***	***2.971,3***	***-51,5%***	***11,8%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**75.469,5**	**68.374,2**	**78.460,9**	**14,8%**	**4,0%**
4. DESPESA TOTAL	**74.185,2**	**78.850,0**	**80.407,2**	**2,0%**	**8,4%**
Despesas do Tesouro Nacional	***46.588,8***	***48.125,0***	***48.778,8***	**1,4%**	**4,7%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	16.250,4	16.728,7	17.083,8	2,1%	5,1%
Custeio e Capital	30.131,6	31.373,9	31.318,1	-0,2%	3,9%
Despesa do FAT	3.177,3	2.057,4	3.664,9	78,1%	15,3%
Abono e Seguro Desemprego	3.129,9	2.023,0	3.639,5	79,9%	16,3%
Demais Despesas do FAT	47,5	34,4	25,4	-26,2%	-46,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	1.221,6	886,4	685,8	-22,6%	-43,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	742,6	480,2	252,9	-47,3%	-65,9%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	479,0	406,2	432,9	6,6%	-9,6%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	2.793,5	3.129,3	3.478,3	11,2%	24,5%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	0,0	529,0	800,0	51,2%	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	22.939,2	24.771,8	22.689,2	-8,4%	-1,1%
Outras Despesas de Custeio	16.621,7	17.211,3	17.241,5	0,2%	3,7%
Outras Despesas de Capital [7/]	6.317,5	7.560,6	5.447,7	-27,9%	-13,8%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	206,8	22,4	376,8	-	82,2%
Benefícios Previdenciários	**27.260,6**	**30.483,8**	**31.386,7**	**3,0%**	**15,1%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	21.110,6	23.703,9	23.877,2	0,7%	13,1%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	6.150,0	6.779,8	7.509,5	10,8%	22,1%
Despesas do Banco Central	**335,8**	**241,2**	**241,7**	**0,2%**	**-28,0%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**1.284,3**	**-10.475,8**	**-1.946,3**	**-81,4%**	**-**
Tesouro Nacional	***4.536,8***	***-6.459,5***	***2.378,5***	***-***	***-47,6%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-3.179,6***	***-3.879,9***	***-4.508,4***	***16,2%***	***41,8%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	2.448,9	2.296,7	2.402,8	4,6%	-1,9%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-5.628,5	-6.176,6	-6.911,2	11,9%	22,8%
Banco Central [10/]	***-73,0***	***-136,4***	***183,7***	***-***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**140,0**	**-597,5**	**n.d.**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**1.424,3**	**-11.073,4**	**n.d.**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-12.852,9**	**-15.864,3**	**n.d.**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-11.428,6**	**-26.937,6**	**n.d.**	**-**	**-**
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.254,9	1.235,8	1.192,1	-3,5%	-5,0%
RMV [6/]	146,4	140,7	157,5	11,9%	7,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Jun	2014 Jan-Jun	Variação (%) Jan-Jun/14 Jan-Jun/13
1. RECEITA TOTAL	**561.111,3**	**601.716,9**	**7,2%**
Receitas do Tesouro Nacional	***419.830,5***	***444.870,2***	***6,0%***
Receita Bruta	428.003,1	450.995,7	5,4%
Impostos	202.024,1	215.126,9	6,5%
Contribuições	164.676,7	171.071,7	3,9%
Demais [2/]	61.302,3	64.797,0	5,7%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-8.121,0	-6.119,2	-24,6%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	***139.710,9***	***155.158,9***	***11,1%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	136.784,7	151.874,8	11,0%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	2.926,2	3.284,0	12,2%
Receitas do Banco Central	***1.569,8***	***1.687,8***	***7,5%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**98.085,9**	**110.515,2**	**12,7%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***74.987,5***	***82.182,8***	***9,6%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***975,0***	***2.762,5***	***183,3%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***57,3***	***116,1***	***102,5%***
Demais Transferências	***22.066,0***	***25.453,8***	***15,4%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**463.025,4**	**491.201,7**	**6,1%**
4. DESPESA TOTAL	**428.469,6**	**473.963,7**	**10,6%**
Despesas do Tesouro Nacional	***259.845,9***	***294.138,0***	***13,2%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	96.317,7	102.455,1	6,4%
Custeio e Capital	162.310,4	190.302,5	17,2%
Despesa do FAT	17.333,8	18.998,5	9,6%
Abono e Seguro Desemprego	17.095,5	18.806,3	10,0%
Demais Despesas do FAT	238,3	192,3	-19,3%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	6.219,7	4.965,9	-20,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.938,8	2.618,7	-33,5%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.281,0	2.347,2	2,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	16.832,6	18.451,3	9,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	0,0	4.101,8	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	121.924,3	143.785,0	17,9%
Outras Despesas de Custeio	88.757,5	103.422,5	16,5%
Outras Despesas de Capital [7/]	33.166,8	40.362,4	21,7%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.217,8	1.380,4	13,4%
Benefícios Previdenciários	**166.740,8**	**178.323,5**	**6,9%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	128.940,0	138.114,1	7,1%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	37.800,8	40.209,4	6,4%
Despesas do Banco Central	**1.883,0**	**1.502,2**	**-20,2%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**34.555,8**	**17.237,9**	**-50,1%**
Tesouro Nacional	***61.898,8***	***40.217,0***	***-35,0%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-27.029,9***	***-23.164,6***	***-14,3%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	7.844,7	13.760,7	75,4%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-34.874,6	-36.925,4	5,9%
Banco Central [10/]	***-313,1***	***185,6***	**-**
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**858,4**	**0,0**	**-100,0%**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-1.685,8**	**nd**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**33.728,4**	**nd**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-91.608,9**	**nd**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-57.880,5**	**nd**	**-**
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS [2/]	6.709,2	7.422,8	10,6%
RMV [6/]	912,0	848,9	-6,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Junho	Maio	Junho	Jun/14 Mai/14	Jun/14 Jun/13
1. RECEITA TOTAL	**90.497,2**	**90.130,9**	**93.280,3**	**3,5%**	**3,1%**
Receitas do Tesouro Nacional	**66.153,3**	**63.422,3**	**65.976,6**	**4,0%**	**-0,3%**
Receita Bruta	***69.596,9***	***64.244,9***	***68.627,8***	***6,8%***	***-1,4%***
Impostos	*30.630,3*	*30.512,0*	*33.282,3*	9,1%	8,7%
IR	21.271,2	21.053,3	23.977,6	13,9%	12,7%
IR - Pessoa Física	2.351,9	2.664,1	2.416,5	-9,3%	2,7%
IR - Pessoa Jurídica	6.748,9	7.269,4	7.268,2	0,0%	7,7%
IR - Retido na Fonte	12.170,3	11.119,8	14.293,0	28,5%	17,4%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.015,1	6.832,1	6.746,4	-1,3%	12,2%
IRRF - Rendimentos do Capital	4.368,0	2.412,1	5.599,4	132,1%	28,2%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.008,1	1.113,1	1.130,1	1,5%	12,1%
IRRF - Outros Rendimentos	779,1	762,6	817,2	7,2%	4,9%
IPI	3.892,6	4.118,4	4.031,0	-2,1%	3,6%
IPI - Fumo	440,5	444,6	398,7	-10,3%	-9,5%
IPI - Bebidas	290,1	252,5	303,4	20,1%	4,6%
IPI - Automóveis	352,7	372,7	353,9	-5,1%	0,3%
IPI - Vinculado a importação	1.207,6	1.290,9	1.105,4	-14,4%	-8,5%
IPI - Outros	1.601,7	1.757,6	1.869,6	6,4%	16,7%
IOF	2.536,0	2.367,2	2.585,3	9,2%	1,9%
Imposto de Importação	2.912,3	2.954,2	2.671,3	-9,6%	-8,3%
Outros	18,2	18,9	17,1	-9,5%	-6,0%
Contribuições	*25.288,8*	*26.378,8*	*26.920,0*	*2,1%*	*6,5%*
COFINS	15.468,4	15.989,3	16.307,9	2,0%	5,4%
CPMF	8,3	0,3	0,1	-81,8%	-99,2%
CSLL	3.563,7	3.883,2	4.018,6	3,5%	12,8%
CIDE-Combustíveis	0,7	0,8	0,7	-17,4%	-9,0%
Pis/Pasep	4.125,7	4.236,1	4.323,2	2,1%	4,8%
Salário Educação	1.306,1	1.402,1	1.427,6	1,8%	9,3%
Outras [2/]	815,8	866,9	842,0	-2,9%	3,2%
Demais	*13.677,8*	*7.354,1*	*8.425,6*	14,6%	-38,4%
CPSS [3/]	949,7	1.050,2	1.031,7	-1,8%	8,6%
Cota parte de compensações financeiras	1.557,1	1.899,3	1.881,8	-0,9%	20,8%
Diretamente arrecadadas	5.159,0	2.725,7	3.104,7	13,9%	-39,8%
Concessões	1.367,5	238,8	14,4	-94,0%	-98,9%
Dividendos	3.791,8	779,9	1.479,4	89,7%	-61,0%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	852,7	660,3	913,6	38,4%	7,1%
(-) Restituições	***-3.443,5***	***-822,6***	***-2.651,2***	***222,3%***	***-23,0%***
(-) Incentivos Fiscais	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Receitas da Previdência Social	**24.081,0**	**26.603,8**	**26.878,2**	**1,0%**	**11,6%**
Urbana	***23.559,5***	***26.000,6***	***26.280,0***	***1,1%***	***11,5%***
Rural	***521,5***	***603,2***	***598,3***	***-0,8%***	***14,7%***
Receitas do Banco Central	**262,9**	**104,8**	**425,4**	**306,1%**	**61,8%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**15.027,7**	**21.756,7**	**14.819,4**	**-31,9%**	**-1,4%**
Transferências Constitucionais	***12.207,8***	***15.471,5***	***11.685,6***	***-24,5%***	***-4,3%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***162,5***	***162,5***	***162,5***	***0,0%***	***0,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***2.657,4***	***6.122,7***	***2.971,3***	***-51,5%***	***11,8%***
Salário Educação	745,4	857,6	829,2	-3,3%	11,2%
Royalties	1.202,0	2.914,2	1.439,3	-50,6%	19,7%
Fundef/Fundeb	682,9	2.333,3	685,8	-70,6%	0,4%
Outras	27,1	17,7	17,0	-3,7%	-37,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**75.469,5**	**68.374,2**	**78.460,9**	**14,8%**	**4,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Jun	2014 Jan-Jun	Variação (%) Jan-Jun/14 Jan-Jun/13
1. RECEITA TOTAL	**561.111,3**	**601.716,9**	**7,2%**
Receitas do Tesouro Nacional	**419.830,5**	**444.870,2**	**6,0%**
Receita Bruta	***428.003,1***	***450.995,7***	***5,4%***
Impostos	*202.024,1*	*215.126,9*	*6,5%*
IR	147.958,5	158.137,7	6,9%
IR - Pessoa Física	14.743,3	15.593,2	5,8%
IR - Pessoa Jurídica	65.249,9	65.862,9	0,9%
IR - Retido na Fonte	67.965,2	76.681,6	12,8%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	39.854,2	44.051,2	10,5%
IRRF - Rendimentos do Capital	16.099,1	18.898,1	17,4%
IRRF - Remessas ao Exterior	7.560,3	8.954,6	18,4%
IRRF - Outros Rendimentos	4.451,7	4.777,7	7,3%
IPI	22.382,8	24.494,5	9,4%
IPI - Fumo	2.486,9	2.788,5	12,1%
IPI - Bebidas	1.880,3	1.811,6	-3,6%
IPI - Automóveis	1.817,1	2.122,1	16,8%
IPI - Vinculado a importação	6.912,6	7.403,9	7,1%
IPI - Outros	9.285,9	10.368,3	11,7%
IOF	14.646,3	14.233,0	-2,8%
Imposto de Importação	16.917,0	18.150,2	7,3%
Outros	119,5	111,5	-6,7%
Contribuições	*164.676,7*	*171.071,7*	*3,9%*
COFINS	92.684,6	95.642,4	3,2%
CPMF	41,4	0,8	-98,0%
CSLL	33.681,7	34.605,0	2,7%
CIDE-Combustíveis	5,4	4,5	-17,7%
Pis/Pasep	24.705,0	25.715,5	4,1%
Salário Educação	8.534,8	9.456,9	10,8%
Outras [2/]	5.023,7	5.646,7	12,4%
Demais	*61.302,3*	*64.797,0*	*5,7%*
CPSS [3/]	5.731,9	6.139,0	7,1%
Cota parte de compensações financeiras	17.879,4	19.954,5	11,6%
Diretamente arrecadadas	24.078,8	23.166,8	-3,8%
Concessões	2.793,4	1.244,3	-55,5%
Dividendos	7.695,1	10.490,6	36,3%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	3.123,7	3.801,8	21,7%
(-) Restituições	***-8.121,0***	***-6.119,2***	***-24,6%***
(-) Incentivos Fiscais	***-51,6***	***-6,3***	***-87,8%***
Receitas da Previdência Social	**139.710,9**	**155.158,9**	**11,1%**
Urbana	***136.784,7***	***151.874,8***	***11,0%***
Rural	***2.926,2***	***3.284,0***	***12,2%***
Receitas do Banco Central	**1.569,8**	**1.687,8**	**7,5%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**98.085,9**	**110.515,2**	**12,7%**
Transferências Constitucionais	***74.987,5***	***82.182,8***	***9,6%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***975,0***	***2.762,5***	***183,3%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***57,3***	***116,1***	***102,5%***
Demais Transferências	***22.066,0***	***25.453,8***	***15,4%***
Salário Educação	5.059,3	5.608,6	10,9%
Royalties	11.680,5	11.427,2	-2,2%
Fundef/Fundeb	5.174,1	6.744,5	30,4%
Outras	152,1	1.673,5	-
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**463.025,4**	**491.201,7**	**6,1%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Junho	Maio	Junho	Jun/14 Mai/14	Jun/14 Jun/13
DIVIDENDOS	**3.791,8**	**779,9**	**1.479,4**	**89,7%**	**-61,0%**
Banco do Brasil	409,9	118,0	466,7	295,4%	13,9%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	1.985,9	0,0	931,5	-	-53,1%
Caixa	1.200,0	404,4	0,0	-100,0%	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	18,4	230,5	0,0	-100,0%	-100,0%
IRB	0,0	3,1	0,0	-100,0%	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	177,6	23,8	81,2	240,7%	-54,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Jun	2014 Jan-Jun	Variação (%) Jan-Jun/14 Jan-Jun/13
DIVIDENDOS	**7.695,1**	**10.490,6**	**36,3%**
Banco do Brasil	1.317,5	1.234,2	-6,3%
BNB	62,1	42,1	-32,2%
BNDES	4.076,4	4.829,7	18,5%
Caixa	1.200,0	1.762,0	46,8%
Correios	101,1	0,0	-100,0%
Eletrobras	18,4	230,5	-
IRB	1,1	50,0	-
Petrobras	502,4	2.012,7	300,6%
Demais	416,1	329,4	-20,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Junho	Maio	Junho	Jun/14 Mai/14	Jun/14 Jun/13
DESPESA TOTAL	**74.185,2**	**78.850,0**	**80.407,2**	**2,0%**	**8,4%**
Despesas do Tesouro	**46.588,8**	**48.125,0**	**48.778,8**	**1,4%**	**4,7%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***16.250,4***	***16.728,7***	***17.083,8***	***2,1%***	***5,1%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***437,4***	***135,1***	***182,1***	***34,8%***	*-58,4%*
Custeio e Capital	***30.131,6***	***31.373,9***	***31.318,1***	***-0,2%***	***3,9%***
Despesa do FAT	*3.177,3*	*2.057,4*	*3.664,9*	*78,1%*	*15,3%*
Abono e Seguro Desemprego	3.129,9	2.023,0	3.639,5	79,9%	16,3%
Demais Despesas do FAT	47,5	34,4	25,4	-26,2%	-46,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*1.221,6*	*886,4*	*685,8*	*-22,6%*	*-43,9%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	742,6	480,2	252,9	-47,3%	-65,9%
Equalização de custeio agropecuário	11,2	38,4	0,0	-100,0%	-100,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	221,4	-17,4	0,0	-99,9%	-
Política de preços agrícolas	122,6	59,6	90,4	51,7%	-26,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	73,2	-10,4	90,4	-	23,5%
Garantia à Sustentação de Preços	49,3	70,0	0,0	-100,0%	-100,0%
Pronaf	172,6	6,2	-2,1	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	141,9	3,8	0,0	-	-
Concessão de Financiamento [6/]	30,8	2,5	-2,1	-	-
Proex	45,5	107,5	61,4	-42,9%	35,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	34,9	164,1	46,2	-71,8%	32,7%
Concessão de Financiamento [6/]	10,6	-56,6	15,1	-	42,8%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	85,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	3,8	33,2	-10,0	-	-
Funcafé	10,2	2,8	6,4	131,7%	-37,1%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	22,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	1,7	103,6	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	47,4	192,1	0,0	-100,0%	-100,0%
Subvenções Econômicas			3,2	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*479,0*	*406,2*	*432,9*	*6,6%*	*-9,6%*
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*2.793,5*	*3.129,3*	*3.478,3*	*11,2%*	*24,5%*
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	-
Auxílio à CDE	*0,0*	*529,0*	*800,0*	*51,2%*	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	22.939,2	24.771,8	22.689,2	*-8,4%*	*-1,1%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	57,7	125,6	98,3	-21,7%	70,3%
Legislativo	112,9	140,8	117,0	-16,9%	3,7%
Judiciário	554,9	771,5	695,4	-9,9%	25,3%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	505,0	349,3	176,4	-49,5%	-65,1%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.531,5	6.162,2	2.763,9	-55,1%	-39,0%
Outras Obrigatórias [10/]	863,4	240,8	282,3	17,2%	-67,3%
Discricionárias	15.352,6	15.659,9	16.838,3	7,5%	9,7%
Compensação RGPS [11/]	*961,2*	*1.321,7*	*1.717,6*	***29,9%***	***78,7%***
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***206,8***	***22,4***	***376,8***	***-***	***82,2%***
Benefícios Previdenciários	**27.260,6**	**30.483,8**	**31.386,7**	**3,0%**	**15,1%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***21.110,6***	***23.703,9***	***23.877,2***	***0,7%***	***13,1%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*369,8*	*353,8*	*376,5*	*6,4%*	*1,8%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***6.150,0***	***6.779,8***	***7.509,5***	***10,8%***	***22,1%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*108,6*	*102,0*	*119,2*	*16,9%*	*9,8%*
Despesas do Banco Central	**335,83**	**241,20**	**241,72**	**0,2%**	**-28,0%**
Memo:					
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.254,9	1.235,8	1.192,1	-3,5%	-5,0%
RMV [8/]	*146,36*	*140,70*	*157,46*	*11,9%*	*7,6%*

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Jun	2014 Jan-Jun	Variação (%) Jan-Jun/14 Jan-Jun/13
DESPESA TOTAL	**428.469,6**	**473.963,7**	**10,6%**
Despesas do Tesouro	**259.845,9**	**294.138,0**	**13,2%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***96.317,7***	***102.455,1***	***6,4%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***4.130,5***	***1.071,1***	*-74,1%*
Custeio e Capital	***162.310,4***	***190.302,5***	***17,2%***
Despesa do FAT	*17.333,8*	*18.998,5*	*9,6%*
Abono e Seguro Desemprego	17.095,5	18.806,3	10,0%
Demais Despesas do FAT	238,3	192,3	-19,3%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*6.219,7*	*4.965,9*	*-20,2%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.938,8	2.618,7	-33,5%
Equalização de custeio agropecuário	91,3	531,4	481,9%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	360,4	87,3	-75,8%
Política de preços agrícolas	332,5	422,5	27,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	84,9	7,6	-91,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	78,3	254,9	225,5%
Garantia à Sustentação de Preços	169,3	160,0	-5,5%
Pronaf	1.734,9	476,5	-72,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.701,2	416,3	-75,5%
Concessão de Financiamento [6/]	33,7	60,2	78,6%
Proex	167,6	230,6	37,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	324,1	374,7	15,6%
Concessão de Financiamento [6/]	-156,5	-144,1	-8,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	533,6	272,9	-48,9%
Álcool	0,0	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	54,8	-3,4	-
Funcafé	46,4	48,6	4,7%
Revitaliza	4,6	0,0	-100,0%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	55,1	53,9	-2,2%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	72,1	118,1	63,9%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,1	0,8	734,6%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	250,0	0,0	-100,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	235,4	242,2	2,9%
Subvenções Econômicas	0,0	137,3	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*2.281,0*	*2.347,2*	2,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*16.832,6*	*18.451,3*	*9,6%*
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	-
Auxílio à CDE	*0,0*	*4.101,8*	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	121.924,3	143.785,0	*17,9%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	386,9	638,9	65,1%
Legislativo	702,5	804,9	14,6%
Judiciário	3.462,6	3.905,8	12,8%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	3.574,0	2.609,4	-27,0%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	22.724,0	28.836,4	26,9%
Outras Obrigatórias [10/]	2.144,2	1.317,0	-38,6%
Discricionárias	85.421,6	97.456,1	14,1%
Compensação RGPS [11/]	3.508,5	8.216,5	134,2%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***1.217,8***	***1.380,4***	***13,4%***
Benefícios Previdenciários	**166.740,8**	**178.323,5**	**6,9%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***128.940,0***	***138.114,1***	***7,1%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*4.045,1*	*2.383,9*	*-41,1%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***37.800,8***	***40.209,4***	***6,4%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*1.234,4*	*707,9*	*-42,6%*
Despesas do Banco Central	**1.883,0**	**1.502,2**	**-20,2%**
Memo:			
Parcela patronal da CPSS [2/]	6.709,2	7.422,8	10,6%
RMV [8/]	912,0	848,9	-6,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	Jan-Jun/2013						Jan-Jun/2014				
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]			Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total			Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total
INVESTIMENTO TOTAL	**104.687,6**	**26.973,2**	**6.871,4**	**6.668,3**	**26.498,5**	**33.166,8**	**36.463,9**	**8.780,7**	**7.691,4**	**32.671,0**	**40.362,4**
Câmara dos Deputados	267,8	17,4	0,6	0,6	17,0	17,6	30,2	3,6	3,6	22,5	26,2
Senado Federal	68,4	9,9	2,0	2,0	11,0	13,0	6,4	0,1	0,1	8,7	8,8
Tribunal de Contas da União	95,9	19,1	1,1	1,1	12,6	13,7	11,5	1,1	1,1	34,2	35,3
Supremo Tribunal Federal	43,8	5,3	1,1	1,1	4,2	5,3	5,5	1,6	1,6	7,9	9,5
Superior Tribunal de Justiça	34,1	3,3	0,2	0,2	12,2	12,4	8,7	4,5	4,5	25,1	29,5
Justiça Federal	320,9	347,4	9,9	9,3	111,1	120,4	178,2	21,2	20,0	118,1	138,2
Justiça Militar	14,0	0,7	0,2	0,2	3,9	4,2	4,8	0,3	0,3	4,2	4,5
Justiça Eleitoral	346,2	32,1	3,1	3,0	74,4	77,4	103,8	5,0	4,8	73,1	77,9
Justiça do Trabalho	677,7	53,9	10,8	10,6	213,5	224,0	67,6	8,7	8,1	135,1	143,2
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	89,8	26,7	2,8	1,8	44,8	46,6	17,8	11,3	5,6	16,5	22,1
Conselho Nacional de Justiça	73,4	0,7	0,1	0,1	36,9	37,1	3,7	1,4	1,4	19,6	21,0
Presidência da República [5/]	3.967,0	631,7	2,5	2,0	1.068,4	1.070,4	1.056,7	618,9	618,9	820,9	1.439,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	908,5	477,4	183,4	183,4	18,7	202,2	7,7	6,8	6,8	195,3	202,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.354,7	26,1	5,9	5,2	333,4	338,6	205,8	13,0	11,1	509,8	520,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.845,7	265,4	122,3	91,2	308,0	399,2	383,2	217,1	109,9	353,7	463,6
Ministério da Fazenda	1.792,8	391,7	35,2	32,7	384,4	417,1	255,2	76,9	76,7	293,3	370,0
Ministério da Educação	12.907,7	1.634,4	601,9	535,7	4.284,1	4.819,8	7.591,7	569,3	463,7	4.329,4	4.793,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	233,5	52,9	5,9	5,9	28,6	34,5	30,2	10,4	10,2	32,4	42,6
Defensoria Pública da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,9	0,9	1,6	2,5
Ministério da Justiça	2.269,1	327,6	10,8	10,1	534,5	544,6	240,4	6,9	3,3	786,2	789,5
Ministério de Minas e Energia	203,4	12,7	4,8	4,4	35,9	40,3	170,1	48,4	47,6	60,3	107,9
Ministério da Previdência Social	174,8	73,4	1,2	0,6	75,2	75,8	91,1	10,4	7,5	58,3	65,8
Ministério Público da União	374,6	19,2	1,2	1,2	88,4	89,6	49,0	14,4	14,3	93,0	107,4
Ministério das Relações Exteriores	41,7	7,2	5,6	5,6	8,6	14,2	11,2	6,1	6,1	3,4	9,4
Ministério da Saúde	10.209,4	883,4	103,2	101,8	1.732,4	1.834,1	2.296,9	539,6	275,8	2.357,0	2.632,8
Ministério do Trabalho e Emprego	89,4	7,2	0,5	0,5	22,8	23,3	11,7	0,6	0,6	15,2	15,8
Ministério dos Transportes	15.803,5	5.690,8	439,3	433,9	4.076,8	4.510,7	6.520,1	1.196,3	1.163,0	5.857,1	7.020,1
Ministério das Comunicações	410,9	234,4	18,1	18,1	140,6	158,7	234,0	14,0	14,0	134,0	148,0
Ministério da Cultura	1.347,4	342,0	40,4	40,4	104,1	144,5	58,1	2,4	2,0	205,7	207,7
Ministério do Meio Ambiente	216,8	8,2	1,1	1,1	42,0	43,2	49,6	4,5	4,5	39,5	44,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.770,3	642,0	59,1	57,1	773,5	830,6	370,4	38,1	28,2	2.543,0	2.571,2
Ministério do Esporte	2.356,9	96,4	2,2	2,2	209,0	211,3	508,6	26,8	26,8	389,7	416,4
Ministério da Defesa	9.687,2	4.650,9	1.661,3	1.602,4	2.611,0	4.213,4	5.364,9	1.589,2	1.131,7	4.715,9	5.847,7
Ministério da Integração Nacional	7.912,1	2.430,8	798,4	793,9	1.337,5	2.131,4	2.117,4	282,6	189,8	1.759,7	1.949,5
Ministério do Turismo	2.921,8	711,8	0,0	0,0	252,7	252,7	247,5	8,6	8,6	242,7	251,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	950,1	10,2	4,4	4,4	332,8	337,3	114,5	36,9	36,0	403,5	439,6
Ministério das Cidades	18.561,9	6.826,9	2.729,5	2.703,4	7.144,6	9.847,9	8.020,9	3.380,2	3.379,4	5.990,9	9.370,3
Ministério da Pesca e Agricultura	335,2	1,5	1,1	1,1	7,3	8,4	10,4	0,2	0,2	11,9	12,1
Conselho Nacional do Ministério Público	9,0	0,3	0,0	0,0	1,5	1,5	0,2	0,0	0,0	1,6	1,6
Advocacia Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,7	2,4	2,3	0,8	3,2

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Junho	Maio	Junho	Jun/14 Mai/14	Jun/14 Jun/13
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	**99.391,9**	**112.147,4**	**103.274,0**	**-7,9%**	**3,9%**
1.1. Recolhimento Bruto	72.210,2	81.893,7	73.402,3	-10,4%	1,7%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.122,2	1.613,2	1.600,0	-0,8%	42,6%
1.4. Receita das Operações de Crédito	356,1	145,6	159,6	9,6%	-55,2%
1.5. Receita do Salário Educação	1.451,5	1.559,5	1.592,0	2,1%	9,7%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	24.251,9	26.935,3	26.520,2	-1,5%	9,4%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS	**103.389,5**	**116.230,8**	**109.303,9**	**-6,0%**	**5,7%**
2.1. Liberações Vinculadas	***19.331,9***	***23.671,5***	***18.947,0***	***-20,0%***	***-2,0%***
Transferências a Fundos Constitucionais	13.014,5	16.498,5	12.455,7	-24,5%	-4,3%
Demais transferências a Estados e Municípios	1.978,6	4.306,8	2.095,6	-51,3%	5,9%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Outras Vinculações	4.176,3	2.703,7	4.233,2	56,6%	1,4%
2.2. Liberações Ordinárias	***84.057,6***	***92.559,3***	***90.356,8***	***-2,4%***	***7,5%***
Pessoal e Encargos Sociais	21.581,2	17.905,8	23.489,1	31,2%	8,8%
Encargos da Dívida Contratual	679,1	62,2	179,0	187,6%	-73,6%
Dívida Contratual Interna	64,5	27,5	27,1	-1,4%	-57,9%
Dívida Contratual Externa	614,6	34,7	151,8	337,5%	-75,3%
Encargos da DPMF - Mercado	3.168,4	6.507,6	10,3	-99,8%	-99,7%
Benefícios Previdenciários	27.069,4	30.095,0	31.151,6	3,5%	15,1%
Custeio e Investimento	30.534,5	37.649,6	35.117,7	-6,7%	15,0%
Operações Oficiais de Crédito	1.025,1	339,1	409,2	20,7%	-60,1%
Restos a Pagar	0,0	0,0	0,0	-	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	**-3.997,6**	**-4.083,4**	**-6.029,9**	**47,7%**	**50,8%**
FLUXO DE FINANCIAMENTO				-	-
4. RECEITAS	**35.691,7**	**58.754,8**	**37.196,2**	**-36,7%**	**4,2%**
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	34.245,9	57.035,6	35.387,8	-38,0%	3,3%
4.2. Outras Operações de Crédito	1.445,8	1.719,2	1.808,4	5,2%	25,1%
5. DESPESAS	**16.752,0**	**1.240,0**	**1.195,6**	**-3,6%**	**-92,9%**
5.1. Amortização da Dívida Interna	15.284,5	1.153,7	645,9	-44,0%	-95,8%
Resgate de Títulos - Mercado	15.066,6	1.062,8	554,7	-47,8%	-96,3%
Dívida Contratual	217,9	90,9	91,2	0,4%	-58,2%
5.2. Amortização da Dívida Externa	1.467,5	86,4	549,7	536,6%	-62,5%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	**18.961,4**	**55.881,9**	**34.741,9**	**-37,8%**	**83,2%**
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**-5.473,4**	**1.767,3**	**5.413,4**	**206,3%**	**-**
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	**9.468,7**	**55.198,6**	**35.384,2**	**-35,9%**	**273,7%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Jun	2014 Jan-Jun	Variação (%) Jan-Jun/14 Jan-Jun/13
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	**579.181,2**	**634.849,0**	**9,6%**
1.1. Recolhimento Bruto	417.036,3	457.189,9	9,6%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	9.674,3	9.965,4	3,0%
1.4. Receita das Operações de Crédito	1.692,0	1.294,1	-23,5%
1.5. Receita do Salário Educação	9.471,8	10.524,9	11,1%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	141.358,3	155.880,9	10,3%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
2. DESPESAS	**607.626,9**	**714.113,1**	**17,5%**
2.1. Liberações Vinculadas	***123.593,2***	***145.843,1***	***18,0%***
Transferências a Fundos Constitucionais	79.959,5	87.629,9	9,6%
Demais transferências a Estados e Municípios	16.985,8	18.435,3	8,5%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	975,0	2.925,0	200,0%
Outras Vinculações	25.672,9	36.852,9	43,5%
2.2. Liberações Ordinárias	***484.033,7***	***568.270,1***	***17,4%***
Pessoal e Encargos Sociais	108.565,6	116.044,5	6,9%
Encargos da Dívida Contratual	2.554,5	3.511,4	37,5%
Dívida Contratual Interna	391,3	197,1	-49,6%
Dívida Contratual Externa	2.163,2	3.314,3	53,2%
Encargos da DPMF - Mercado	41.344,2	45.484,3	10,0%
Benefícios Previdenciários	159.553,3	167.124,8	4,7%
Custeio e Investimento	166.896,4	232.663,8	39,4%
Operações Oficiais de Crédito	5.119,7	3.441,3	-32,8%
Restos a Pagar	0,0	0,0	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	**-28.445,7**	**-79.264,2**	**178,7%**
FLUXO DE FINANCIAMENTO			-
4. RECEITAS	**184.069,6**	**278.677,5**	**51,4%**
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	172.452,1	265.475,5	53,9%
4.2. Outras Operações de Crédito	11.617,5	13.202,0	13,6%
5. DESPESAS	**279.044,2**	**266.657,1**	**-4,4%**
5.1. Amortização da Dívida Interna	275.401,3	264.463,5	-4,0%
Resgate de Títulos - Mercado	274.153,0	263.610,6	-3,8%
Dívida Contratual	1.248,3	852,9	-31,7%
5.2. Amortização da Dívida Externa	3.642,9	2.193,6	-39,8%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	**-102.949,2**	**1.012,1**	**-**
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**7.734,2**	**39.587,9**	**411,9%**
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	**-115.685,9**	**-27.655,8**	**-76,1%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Junho	Maio	Junho	Jun/14 Mai/14	Jun/14 Jun/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**17.526,6**	**5.629,5**	**5.413,4**	**-3,8%**	**-69,1%**
Emissão de Títulos	12.948,5	0,0	0,0	-	-100,0%
Remuneração das Disponibilidades	4.203,1	5.195,0	5.610,6	8,0%	33,5%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	375,0	434,6	-197,2	-	-
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	**23.000,0**	**3.862,3**	**0,0**	**-100,0%**	**-100,0%**
Resgate de Títulos	19.490,4	0,0	0,0	-	-100,0%
Encargos da DPMF	3.509,6	3.862,3	0,0	-100,0%	-100,0%
3. RESULTADO (1 - 2)	**-5.473,4**	**1.767,3**	**5.413,4**	**206,3%**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

-

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Jun	2014 Jan-Jun	Variação (%) Jan-Jun/14 Jan-Jun/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**131.734,2**	**182.794,8**	**38,76%**
Emissão de Títulos	90.192,8	119.670,9	32,68%
Remuneração das Disponibilidades	26.349,8	30.173,7	14,51%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.645,8	2.171,4	-17,93%
Resultado do Banco Central	12.545,8	30.778,9	145,33%
2. DESPESAS NO BACEN	**124.000,0**	**143.206,9**	**15,49%**
Resgate de Títulos	102.956,2	119.712,0	16,27%
Encargos da DPMF	21.043,8	23.495,0	11,65%
3. RESULTADO (1 - 2)	**7.734,2**	**39.587,9**	**411,85%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2013 Junho	2014 Maio	2014 Junho	Variação (%) Jun/14 Mai/14	Variação (%) Jun/14 Jun/13
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**858.833,3**	**873.381,1**	**878.067,6**	**0,5%**	**2,2%**
Dívida Interna	**2.785.357,4**	**2.995.659,0**	**3.068.537,5**	**2,4%**	**10,2%**
DPMFi em Poder do Público [1/]	***1.894.663,2***	***2.029.699,6***	***2.111.247,1***	***4,0%***	***11,4%***
LFT	414.754,4	401.357,1	411.169,4	2,4%	-0,9%
LTN	578.507,7	612.543,7	655.614,8	7,0%	13,3%
NTN-B	596.681,7	692.055,1	709.154,1	2,5%	18,8%
NTN-C	66.869,0	71.138,0	71.143,7	0,0%	6,4%
NTN-F	202.005,5	216.064,8	227.884,8	5,5%	12,8%
Dívida Securitizada	7.900,6	7.385,7	7.342,8	-0,6%	-7,1%
Demais Títulos em Poder do Público	27.944,2	29.155,2	28.937,4	-0,7%	3,6%
DPMFi em Poder do Banco Central	***919.657,3***	***991.964,4***	***1.000.465,0***	***0,9%***	***8,8%***
LFT	151.928,1	181.331,2	182.824,0	0,8%	20,3%
LTN	322.035,8	324.612,1	327.201,5	0,8%	1,6%
Demais Títulos na Carteira do BCB	445.693,4	486.021,1	490.439,4	0,9%	10,0%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	***-33.000,5***	***-29.518,5***	***-29.804,9***	***1,0%***	***-9,7%***
Demais Obrigações Internas	***4.037,4***	***3.513,5***	***-13.369,7***	***-***	***-***
Haveres Internos	**1.926.524,0**	**2.122.277,9**	**2.190.469,9**	**3,2%**	**13,7%**
Disponibilidades Internas	***533.436,6***	***617.278,5***	***654.830,1***	***6,1%***	***22,8%***
Haveres junto aos Governos Regionais	***511.253,3***	***539.064,0***	***535.630,6***	***-0,6%***	***4,8%***
Bônus Renegociados	5.339,6	4.787,0	4.712,5	-1,6%	-11,7%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.455,8	1.261,6	1.228,3	-2,6%	-15,6%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.374,9	12.821,6	12.773,6	-0,4%	3,2%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	18.524,0	13.944,9	13.280,9	-4,8%	-28,3%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	398.204,0	424.855,3	422.505,4	-0,6%	6,1%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	67.018,9	74.020,2	73.815,0	-0,3%	10,1%
Antecipação de Royalties	6.357,9	5.337,5	5.291,9	-0,9%	-16,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	1.978,3	2.035,9	2.023,1	-0,6%	2,3%
Haveres da Administração Indireta	***314.975,4***	***362.772,2***	***366.147,8***	***0,9%***	***16,2%***
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	177.670,4	198.557,6	198.978,4	0,2%	12,0%
Fundos Constitucionais Regionais	79.020,3	87.455,6	88.149,1	0,8%	11,6%
Fundos Diversos	58.284,6	76.759,1	79.020,3	2,9%	35,6%
Haveres Administrados pela STN	***566.858,7***	***603.163,2***	***633.861,5***	***5,1%***	***11,8%***
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.774,5	5.816,0	5.818,6	0,0%	0,8%
Haveres de Operações Estruturadas	68.276,3	67.138,4	66.901,2	-0,4%	-2,0%
Haveres Originários de Privatizações	9.255,3	8.629,2	0,0	-100,0%	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	458.223,6	496.996,0	537.120,7	8,1%	17,2%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.329,1	24.583,7	24.020,8	-2,3%	-5,2%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**90.121,1**	**92.811,6**	**91.334,5**	**-1,6%**	**1,3%**
Dívida Externa	**90.916,4**	**93.223,5**	**91.718,4**	**-1,6%**	**0,9%**
Dívida Mobiliária	***82.853,9***	***83.482,2***	***82.737,4***	***-0,9%***	***-0,1%***
Euro	2.383,8	5.654,5	5.504,0	-2,7%	130,9%
Global US$	66.565,9	64.079,4	63.367,2	-1,1%	-4,8%
Global BRL	13.869,2	13.748,4	13.866,3	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	34,9	0,0	0,0	-	-100,0%
Dívida Contratual	***8.062,6***	***9.741,3***	***8.981,0***	***-7,8%***	***11,4%***
Organismos Multilaterais	2.624,8	2.909,7	2.907,7	-0,1%	10,8%
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.437,8	6.831,6	6.073,3	-11,1%	11,7%
Haveres Externos	**795,3**	**411,9**	**383,9**	**-6,8%**	**-51,7%**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	***795,3***	***411,9***	***383,9***	***-6,8%***	***-51,7%***
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	**948.954,4**	**966.192,7**	**969.402,1**	**0,3%**	**2,2%**
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [2/]	**20,6%**	**19,4%**	**19,3%**	**-0,3%**	**-6,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação
Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVIII - nº 6 – Junho de 2014 - Internet: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/

Comentários

Em Junho de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -25,01%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R$ 9.036.440,67 (mil), ante R$ 12.049.624,55 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na internet no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

- http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: → Governo (Estadual ou Municipal) → Gestão → Gestão de Recursos → Repasses de recursos → Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Mil

Origens	2013			2014			Variação Nominal		
	Maio	Junho	Até Junho	Maio	Junho	Até Junho	Jun/14 Mai/14	Jun/14 Jun/13	Até Jun/14 Jun/13
FPM	5.801.320	4.839.998	29.831.601	6.161.740	4.620.907	32.682.592	-25,01%	-4,53%	9,56%
FPE	5.543.483	4.624.887	28.505.751	5.887.885	4.415.533	31.230.031	-25,01%	-4,53%	9,56%
IPI-Exp	289.363	301.379	1.652.674	327.597	312.019	1.833.609	-4,76%	3,53%	10,95%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Junho	-24,90%	-25,01%	-24,90%	-25,01%	-0,20%	-4,76%

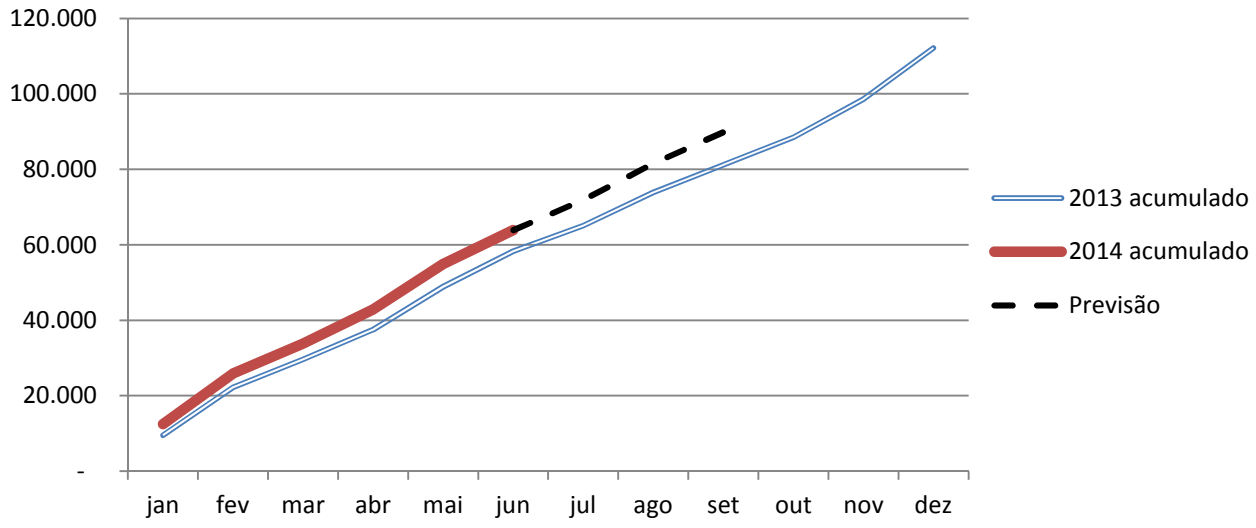
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

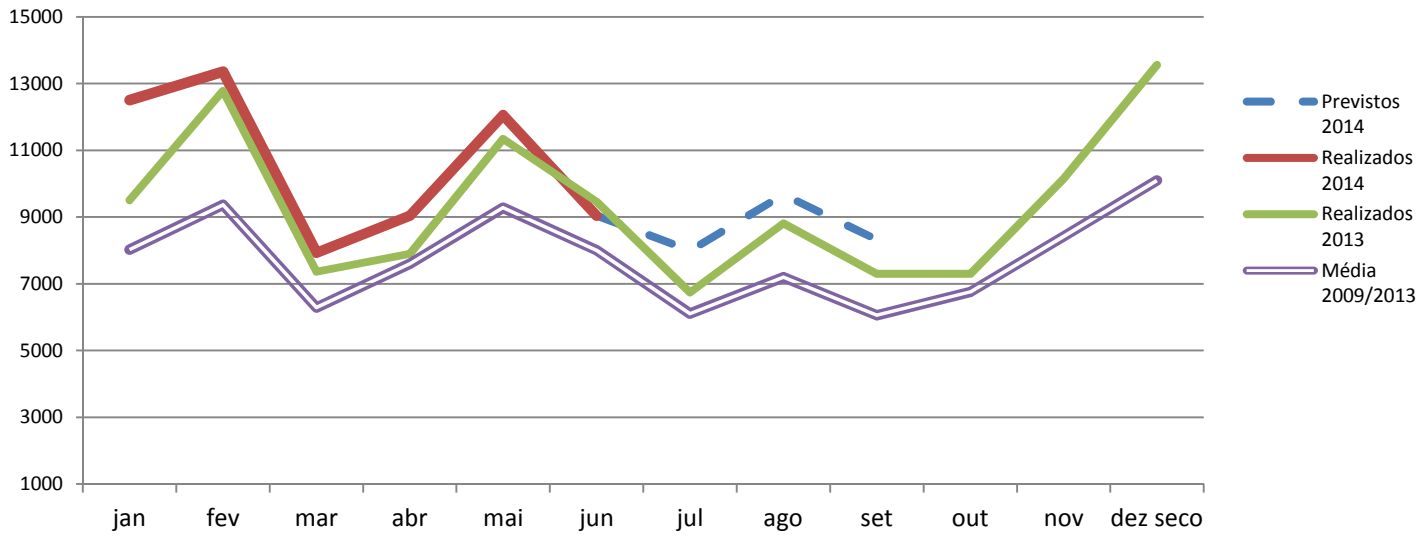
FUNDOS	Julho	Agosto	Setembro
FPM	-11,50%	21,00%	-14,00%
FPE	-11,50%	21,00%	-14,00%
IPI - EXP	8,30%	5,00%	4,00%

Gráficos

VALORES ACUMULADOS (FPM e FPE)



SAZONALIDADE ANUAL (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/05/2014 a 20/06/2014, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAI/3º DEC	2.620.816	11.006.745	13.627.561	JUN/1º DEC	2.343.940	2.452.961	209.665	**5.006.567**
JUN/1º DEC	869.852	4.968.556	5.838.407	JUN/2º DEC	1.004.206	1.050.913	69.588	**2.124.708**
JUN/2º DEC	409.567	5.796.171	6.205.738	JUN/3º DEC	1.067.387	1.117.033	32.765	**2.217.185**
TOTAL	**3.900.234**	**21.771.472**	**25.671.706**	**TOTAL**	**4.415.533**	**4.620.907**	**312.019**	**9.348.459**

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais.
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa).
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição dos Fundos

R$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	24.633,80	151.055,40	15,25
ALAGOAS	AL	110.163,50	183.690,61	270,62
AMAZONAS	AM	70.914,58	123.211,05	2.418,95
AMAPÁ	AP	18.120,72	150.658,00	549,30
BAHIA	BA	423.246,21	414.892,35	17.586,39
CEARÁ	CE	229.574,74	323.963,27	1.973,07
DISTRITO FEDERAL	DF	7.852,01	30.476,01	514,05
ESPÍRITO SANTO	ES	80.131,18	66.233,00	15.517,02
GOIÁS	GO	169.608,29	125.538,03	7.076,83
MARANHÃO	MA	192.103,65	318.722,03	2.767,96
MINAS GERAIS	MG	606.080,82	196.689,94	44.909,65
MATO GROSSO DO SUL	MS	68.655,48	58.814,91	5.599,48
MATO GROSSO	MT	84.340,98	101.906,10	4.836,44
PARÁ	PA	162.469,98	269.877,40	18.384,72
PARAÍBA	PB	149.408,66	211.455,48	359,31
PERNAMBUCO	PE	227.527,28	304.680,64	1.295,19
PIAUÍ	PI	122.667,90	190.812,86	63,29
PARANÁ	PR	312.306,95	127.308,66	24.607,53
RIO DE JANEIRO	RJ	138.701,92	67.456,10	52.640,12
RIO GRANDE DO NORTE	RN	116.418,88	184.476,57	268,04
RONDÔNIA	RO	39.222,16	124.323,76	890,21
RORAIMA	RR	23.027,61	109.536,14	11,28
RIO GRANDE DO SUL	RS	312.776,06	103.976,98	29.927,28
SANTA CATARINA	SC	180.437,02	56.510,00	16.676,70
SERGIPE	SE	69.022,04	183.478,66	145,89
SÃO PAULO	SP	615.768,35	44.155,33	62.403,75
TOCANTINS	TO	65.726,45	191.634,15	310,45
TOTAL		**4.620.907,23**	**4.415.533,44**	**312.018,76**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

- http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br